

Coleta seletiva por toda parte

ANTÔNIO SIQUEIRA

Larissa Leite

Separar o lixo seco do orgânico para reciclagem é algo pouco praticado no Distrito Federal, mas a intenção do governo é que a coleta seletiva seja implantada em todas as regiões administrativas ainda neste semestre. Ela será feita por cooperativas e associações, que serão contratadas pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU).

De acordo com o órgão responsável pela limpeza urbana do DF, a contratação é a forma mais viável e econômica de implantar a coleta seletiva. Para as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, isso representa a conquista de uma das bandeiras de luta da categoria.

No último dia 5, o *Diário Oficial do DF* publicou edital de cadastramento do SLU. O edital tornou pública a abertura do cadastramento de cooperativas e de associações de catadores de materiais recicláveis, o que é o primeiro passo para a efetivação do contrato. Todas as empresas que tiverem aptas legalmente serão habilitadas para participar da coleta, sem critérios de seleção. A previsão é que os contratos sejam firmados no aniversário de Brasília, no dia 21 de abril.

Cerca de 18 cooperativas estão legalizadas no DF, representando cerca de 3,5 mil catadores. Para participar da chamada Coleta Seletiva Solidária do Distrito Federal, as organizações deverão entregar, até o dia 5 de março, documentação como estatuto social e ata de constituição, cadastro atualizado dos cooperados/associados, registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; e certidões negativas das Fazendas Públicas Federal e do DF. A Lei 11.445, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, dispensa a licitação pública para coleta seletiva.

■ Separação do lixo

Atualmente, o SLU promove a coleta seletiva nas quadras 100, 200, 300 e 400 do Plano Piloto e no Lago Sul. Além de estar restrita a essas áreas, ela ainda não funciona de maneira efetiva. Segundo a diretora-geral do SLU, Maria de Fátima C6, cerca de 70% da população dessas quadras aderiu à coleta. Mas, segundo as cooperativas, 70% do lixo, que deveria ser coletado de maneira seletiva, chega misturado.

Como já há coleta seletiva em grande parte das quadras do Plano Piloto, essa será a última área em que as cooperativas e associação vão trabalhar, informa a direção do Serviço de Limpeza Urbana.



■ CARROCEIRO AUTÔNOMO, ANTÔNIO RAIMUNDO TOPA SE ASSOCIAR A UMA COOPERATIVA, DESDE QUE SEJA VANTAJOSO SOB O ASPECTO FINANCEIRO. HOJE, ELE GANHA R\$ 100 POR DIA

A vez da população

O novo formato da coleta de lixo do DF começará a ser feito inicialmente em órgãos públicos onde as cooperativas já atuam. Em seguida, ela será estendida às áreas residenciais de todas as regiões administrativas. Só depois de completar essa etapa, a coleta seletiva chegará ao Plano Piloto, onde será adotado aquele que for o melhor dos modelos implantados nas cidades.

"O governo vai fazer um grande programa de conscientização da população antes de implantar a coleta seletiva nas áreas residenciais. Vamos fazer de maneira organizada. A coleta do material reciclado será feita em dias diferenciados", explicou a diretora-geral do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), Maria de Fátima C6. De acordo com ela, a população do DF terá

apenas que separar o lixo seco do orgânico.

A separação entre os materiais recicláveis, como papéis e plásticos, ocorre nos centros de triagem. Como algumas cooperativas e associações não possuem esses centros, o governo vai alugar e construir centros para possibilitar a separação do lixo. Além disso, o GDF também disponibilizará 100% dos caminhões destinados à coleta seletiva, que já estão em fase de licitação.

O lixo recolhido e o lucro alcançado com a venda do material serão administrados pelas cooperativas. Além disso, o SLU pagará um valor fixo mensal às cooperativas. "Com o que o SLU vai pagar, mais o valor da venda do material reciclável, cada catador pode ganhar R\$ 500 por mês", diz Maria de Fátima.

Conquista das cooperativas

Uma conquista. Assim o presidente da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (Centcoop), Francisco Assis, considera o contrato com o Governo do Distrito Federal. "Essa decisão do governo não é um presente. Nós lutamos por isso há 10 anos. Isso representa o reconhecimento do nosso serviço, o fortalecimento da nossa categoria", diz.

A Centcoop congrega todas as cooperativas legalizadas no DF. Porém, a central ainda está reunindo a documentação de todas elas para que os documentos sejam entregues ao mesmo tempo. "As cooperativas estão empolgadas com essa possibilidade. Foi a melhor solução encontrada pelo governo. Se ele fizesse concurso público, gastaria muito com pessoal e capacitação", assinala.

Mas essa solução ainda precisa vencer algumas barreiras. Além dos 3,5 mil catadores cooperados, ainda há outros 2,5 mil catadores autônomos. "O problema é que, com o contrato, o material reciclável ficará mais escasso e pouco disponível para

todos os que vivem dessa atividade no DF. Além disso, muitos autônomos ainda trabalham nos chamados "carroções" — uma carroça adaptada ao transporte de material reciclável —, que são proibidos no DF.

Há ainda os chamados veículos de tração humana, onde o material reciclado é carregado por pessoas que puxam seu próprio carro. Esse é o caso, por exemplo, do baiano Antônio Raimundo Ferreira, que trabalha há 7 anos dessa forma. "Eu chego a ganhar R\$ 100 por dia. Esse carro é meu sustento, meu guerreiro. Eu vivo com o que carrego nele", conta.

Antônio diz que nunca procurou uma cooperativa de catadores de lixo. Ele admite, no entanto, participar de uma delas, desde que seja vantajoso sob o aspecto financeiro.

A intenção do GDF e das cooperativas é justamente a de apoiar a adesão dos autônomos às formas coletivas de trabalho. "O SLU vai incentivar os autônomos a se integrarem às cooperativas", diz a diretora-geral do SLU, Maria de Fátima C6.

O governo também promete não se limitar ao estímulo à adesão dos catadores autônomos às cooperativas. O GDF pretende atuar com vigor fiscalização. A partir de 2 de março, os carroceiros que circulam pelo Plano Piloto e cidades começaram a ser fiscalizados.

"No Plano Piloto, é proibido qualquer tipo de carroça. Se encontrarmos alguma nas, vamos recolhê-la ao depósito da Agfis [Agência de Fiscalização]", alertou a gerente de Planejamento da Coordenadoria das Cidades, Estér Ribeiro.

Nas regiões administrativas, é permitido apenas o trânsito de carroças destinadas ao transporte de entulho. Nas cidades do DF, a fiscalização começará logo após um curso que está sendo dado pelo Departamento de Trânsito (Detran) aos carroceiros regulamentados.

A equipe de fiscalização do governo é composta por servidores da Coordenadoria das Cidades, da Secretaria de Agricultura, da Secretaria de Desenvolvimento Social, da Polícia Militar e do Detran.